

FunBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Quadro I - Balanços patrimoniais

Quadro II - Demonstrações do resultado

Quadro III - Demonstrações do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



Aos Administradores e Associados FunBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do FunBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FunBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas, que incluem a Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 - Entidades Sem Finalidade de Lucro).

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Ausência de divulgação da mensuração do trabalho voluntário

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1 letra "a", a Entidade adota as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, dentre elas as disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, e posteriores alterações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a qual determina a divulgação dos valores envolvidos com trabalhos voluntários. A Administração da Entidade não está divulgando, nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021, a mensuração do cálculo dos trabalhos voluntários apontado pelo seu valor justo e os valores a serem desembolsados, caso fosse necessária a contratação destes serviços similares no mercado, o que deveria ser realizado na demonstração do resultado e notas explicativas. Não nos foi possível, através da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria concluirmos sobre quais os valores estariam envolvidos sobre este assunto e que devessem ser divulgados nas demonstrações contábeis da Entidade findas naquela data.

Divergência de saldos bancários em aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não registrou contabilmente a baixa de aplicação financeira no montante de R\$ 25.480. Consequentemente, o ativo circulante, o patrimônio líquido e o superávit do exercício estão superavaliados naquele em R\$ 25.480.

Aos Administradores e Associados FunBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas sob nossa responsabilidade e sobre elas emitimos relatório de auditoria datado de 18 de maio de 2022, contendo ressalva relativa à ausência de divulgação da mensuração do trabalho voluntário.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas, incluindo a Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Aos Administradores e Associados FunBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

Aos Administradores e Associados FunBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de junho de 2023.



NIGRO Auditores Independentes S/S CRC 2 SP 036335/O-1

Cutomis Ponto Migro Muin

Antonio Paulo Nigro Junior Contador CRC 1 SP 188891/0-0

Gro Auditores& Consultores

Funbea - Fundo Brasileiro de Educação ambiental

QUADRO I - BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020	PASSIVO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa Adiantamento a fornecedores	4 5	580.223 33.132	779.398 29.772	Fornecedores Projetos a executar	6 7	47.495 370.689	96.129 754.048
Despesas antecipadas	-	2.804 616.159	4.962 814.132	Outras obrigações		- 418.184	224 850.401
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	197.975	(36.269)
TOTAL DO ATIVO		616.159	814.132	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		616.159	814.132

Funbea - Fundo Brasileiro de Educação ambiental

QUADRO II - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional	9	948.726	610.140
Doações e brindes		102.148	6.880
		1.050.874	617.020
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	10	(823.240)	(679.769)
		(823.240)	(679.769)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		227.634	(62.749)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	17.312	2.238
Despesas financeiras	11	(1.914)	(1.180)
Resultado financeiro		15.398	1.058
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÌCIO		243.032	(61.691)

QUADRO III - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2021	2020
Déficit do exercício	243.032	(61.691)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	243.032	(61.691)

FunBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)

	Patrimônio social	Superávits (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2019	225.968	(200.546)	25.422
Incorporação ao patrimônio social Déficit do exercício	(204.346)	204.346 (61.691)	- (61.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.622	(57.891)	(36.269)
Ajustes de exercícios anteriores Superávit do exercício	-	(8.788) 243.032	(8.788) 243.032
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.622	176.353	197.975

Funbea - Fundo Brasileiro de Educação ambiental

QUADRO V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes de exercícios anteriores	(8.788)	-
Superávit (déficit) do exercício	243.032	(61.691)
Resultado ajustado	234.244	(61.691)
(Aumento) redução de ativos:		
- Adiantamento a fornecedores	(3.360)	253
- Despesas antecipadas	2.158	(1.163)
Aumento (redução) de passivos:		
- Fornecedores	(48.634)	46.583
- Recetas futuras	(383.359)	327.253
- Outras obrigações	(224)	224
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(199.175)	311.459
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(199.175)	311.459
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	779.398	467.939
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	580.223	779.398
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(199.175)	311.459

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FunBEA - Fundo Brasileiro de Educação Ambiental é uma associação civil sem lucrativos que se regerá pela legislação em vigor, tendo em vista que a Educação ambiental no Brasil é reconhecida como um direto social fundamental da sociedade (artigo 225 da Constituição Federal), sendo tratada como Política Nacional pela Lei 9.795/1999, e presente no organograma de distintos órgãos públicos, empresa estatais, organizações não governamentais, movimentos sociais, instituições de ensino e superior e empresas em geral.

O FunBEA tem por finalidade captar e aportar recursos estratégicos para o fomento de ações estruturantes no campo da educação ambiental, em consonância com políticas públicas formuladas para essa área de atuação e outras questões ambientais globais conexas.

A autorização para emissão dessas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 26 de junho de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, estabelecidas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/2009 que aprovou a "NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", revisada em 21 de outubro de 2016 (NBC TG 1000 (R1)) e de acordo com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprova a "ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, revisada em 2 de setembro de 2015 (ITG 2002 (R1)).

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os demais itens não houve perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com possibilidade de serem resgatados no curto prazo (três meses da data de aquisição). Os saldos bancários negativos são apresentados no passivo circulante.

c. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência.

Não há impactos de ajuste a valor presente nas operações da Entidade.

Funbea - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

d. Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

e. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os únicos instrumentos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2020 estão representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores de serviços, os quais se aproximam do valor justo nessa data.

f. Obrigações tributárias

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações - isenta sendo fornecida a declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Associação sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispõe que para os fatos geradores a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532-97, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Instituição e execução de seus objetivos estatutários, que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de servicos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

g. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h. Receita com subvenção governamental

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente a variação cambial referente as faturas emitidas pelas associadas e despesas bancárias.

j. Demonstração dos fluxos de caixa

A Entidade apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, seguindo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o superávit ou déficit quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	1.632	873
Bancos conta movimento	50	12.102
Aplicações financeiras	578.541	766.422
	580.223	779.397

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em renda fixa depositadas em fundos de investimentos, no Banco do Brasil, com liquidez imediata.

5. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

A rubrica "Adiantamentos a Fornecedores", registrada no valor de R\$ 33.132 em 2021 refere-se a gastos adiantados com prestadores de serviços que serão regularizados no ano de 2022 com a emissão das respectivas notas fiscais de prestação de serviços.

6. FORNECEDORES

	2021	2020
Bioveritas Projeto, Desenvolvimento e Meio-		
Ambiente	19.510	19.510
Vivian Battaini	12.976	20.476
Karina Lorenço Kempter	-	31.100
João Henrique Rosenwinckel Junior	7.519	10.653
Kelly Monaco Coletti	-	5.604
Mariane Lima de Souza Avancini	2.850	2.920
Ana Patrícia Arantes	2.850	2.850
Demais fornecedores	1.790	3.016
	47.495	96.129

7. PROJETOS A EXECUTAR

A Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente do Governo do Estado de São Paulo, por meio do financiamento de programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas, busca beneficiar projetos de entidades, aprovados pelo seu processo seletivo, que beneficiem a sociedade.

Para a contabilização, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

	2021	2020
Contrato FEHIDRO 063/2020 (1)	110.131	290.826
Contrato FEHIDRO 238/2019 (2)	45.097	168.927
Contrato FEHIDRO 010/2020 (3)	39.633	127.454
Contrato FEHIDRO 253/2019 (4)	25.481	98.043
Contrato FEHIDRO 260/2018 (5)	7.983	63.901
Contrato FEHIDRO 200/2019 (6)	-	4.897
Contrato FEHIDRO 095/2019 (7)	134.114	-
Contrato Terramar (Projeto da GIZ) (8)	8.250	<u>-</u>
	370.689	754.048

- (1) Contrato Fundo Estadual de Recursos Hídricos FEHIDRO de número 063 formalizado, em 12 de fevereiro de 2020, com a Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente do Governo do Estado de São Paulo, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 345.740,00.
- (2) Contrato Fundo Estadual de Recursos Hídricos FEHIDRO de número 238 formalizado, em 12 de setembro de 2019, com a Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente do Governo do Estado de São Paulo, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 239.918,60.
- (3) Contrato Fundo Estadual de Recursos Hídricos FEHIDRO de número 010 formalizado, em 04 de fevereiro de 2020, com a Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente do Governo do Estado de São Paulo, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 148.282,40
- (4) Contrato Fundo Estadual de Recursos Hídricos FEHIDRO de número 253 formalizado, em 08 de outubro de 2019, com a Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente do Governo do Estado de São Paulo, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 239.519,00.
- (5) Contrato Fundo Estadual de Recursos Hídricos FEHIDRO de número 260 formalizado, em 09 de agosto de 2018, com a Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente do Governo do Estado de São Paulo, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 515.922,30.
- (6) Contrato Fundo Estadual de Recursos Hídricos FEHIDRO de número 200 formalizado, em 24 de julho de 2019, com a Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente do Governo do Estado de São Paulo, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 146.876,56.
- (7) Contrato Fundo Estadual de Recursos Hídricos FEHIDRO de número 095 formalizado, em 09 de maio de 2019, com a Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente do Governo do Estado de São Paulo, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 149.048,66.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

(8) Contrato de Subsídio, para o período de 01 de março de 2021 a 15 de abril de 2022, a ser executado por meio de recursos financeiros do projeto da GIZ, no âmbito das contribuições prestadas pelo Governo da República Federal da Alemanha para o projeto supramencionado, com base entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha, cujo crédito ao amparo de recursos disponíveis de até R\$ 120.000.

							Total
							receita com
	063/20	238/19	010/20	253/19	260/18	200/19	convênios
Saldo 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	
Recursos liberados							
em 2019 - Repasse	-	-	-	-	464.330	132.189	
Consumo dos							
recursos em 2019	-	-	-	-	(142.329)	(27.395)	(169.724)
Saldo 31/12/2019	-	-	-	-	322.001	104.794	
Recursos liberado	24444	0.45.005	122 151				
em 2020 - Repasse	311.166	215.927	133.454	215.567	-	-	
Consumo dos recursos em 2020	(20.340)	(47.000)	(6.000)	(117.524)	(258.100)	(99.897)	(548.861)
Saldo 31/12/2020	290.826	168.927	127.454	98.043	63.901	4.897	,
Recursos liberado							
em 2021 - Repasse	-	-	-	-	-	1.850	
Consumo dos	(400 (05)	(402.020)	(07.004)	(72 542)	(FF 040)	(6.7.47)	(527 572)
recursos em 2021		(123.830)	(87.821)	(72.562)	(55.918)	(6.747)	(527.573)
Saldo 31/12/2021	110.131	45.097	39.633	25.481	7.983	-	
Novos contratos				-		_	
ano 2021	-	-	-		095/19	Terramar	
Recursos liberado				-	454.444	442.000	
em 2021 - Repasse	-	-	-		134.144	113.000	
Consumo dos recursos em 2021	_	_	_	-	_	(104.750)	(104.750)
						<u> </u>	(104.730)
Saldo 31/12/2021	-	-	-	-	134.114	8.250	
Total consumo							
dos recursos em 2021							(632,323)
							(352.525)

Os montantes registrados em receita com convênios (subvenção) de R\$ 632.323 e R\$ 548.861 nos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente, estão mencionados na nota explicativa n° 9.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado pelo patrimônio social, composto exclusivamente pela incorporação de superávits e (déficits), ocorridos desde a data da sua constituição.

A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio ou de suas rendas, sob qualquer forma ou pretexto, ou seja, a qualquer título, em conformidade com seu estatuto social. O patrimônio, sendo o superávit, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais.

No caso de dissolução da Associação, o patrimônio social será destinado a uma ou mais Entidades congêneres situadas no Brasil, segundo mencionado em seu estatuto social.

9. RECEITA OPERACIONAL

	2021	2020
Receita com convênios - Subvenção FEHIDRO	632.323	548.861
Receita com consultoria	318.253	61.279
Reversão de receita	(1.850)	
	948.726	610.140

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços de terceiros - PJ	(494.167)	(451.951)
Cursos e treinamentos	(171.216)	(115.528)
Serviços administrativos	(20.585)	(40.390)
Promoções e eventos	(77.427)	(21.409)
Outras despesas gerais e administrativas	(59.845)	(50.491)
	(823.240)	(679.769)

<u>Serviços de terceiros - PJ</u>: Referem-se, substancialmente às despesas pagas aos prestadores de serviços relacionados com os projetos FEHIDRO e da GIZ, mencionados na nota explicativa n° 7.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E DE 2020 (Em reais)

11. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras Rendimento de aplicação financeira Descontos obtidos	17.312	2.237
Descontos obtidos	17,312	2.238
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.875)	(1.111)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(22)	(69)
Juros sobre fornecedores	(17)	•
<u> </u>	(1.914)	(1.180)
	15.398	1.058

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2021, a Associação não estava envolvida em nenhuma ação judicial sobre questões trabalhistas, cíveis e tributárias, que requeresse o registro de provisão e/ou divulgação nas demonstrações contábeis.

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação não adota a política de contratar cobertura de seguros.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Associação em 2021 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas a contas a pagar e a receber com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

A Associação não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes às taxas de juros.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES À 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

* * *